



**Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq**

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

**Vol 19, Núm 1, jan-jun, 2026, pág. 516 - 540**

**Racismo, Resistência Política de Inclusão:**

Mapeando a produção científica sobre a exclusão étnico-racial

**Racism, Political Resistance to Inclusion:**

Mapping the scientific production on ethnic-racial exclusion

**Racisme et résistance politique à l'inclusion:**

Cartographie de la production scientifique sur l'exclusion ethnique et raciale

**Clisthian Cauã Nabor Barbosa<sup>1</sup>**

**Claudia Armanda de Oliveira Lima<sup>2</sup>**

**Eshyllen Gonçalves Mesquita<sup>3</sup>**

**Ian Lucas Soares Sena<sup>4</sup>**

**Karoline dos Santos Rocha de Queiroz<sup>5</sup>**

**Richardson Silva da Silva<sup>6</sup>**

**Resumo:**

A exclusão social e as questões étnico-raciais estruturam desigualdades no Brasil, com ênfase nos impactos sobre a saúde mental e na efetividade das políticas públicas.

---

<sup>1</sup> Graduando em Serviço Social. Universidade Federal do Amazonas. Email: [clisthian.caua@ufam.edu.br](mailto:clisthian.caua@ufam.edu.br) Orcid:0009-0009-6741-7904

<sup>2</sup> Graduanda em Serviço Social. Universidade Federal do Amazonas. Email: [claudia.limageo96@gmail.com](mailto:claudia.limageo96@gmail.com) rcid: 0009-0002-0560-5490

<sup>3</sup> Graduanda em Serviço Social. Universidade Federal do Amazonas. Email: [eshyllen.goncalves@ufam.edu.br](mailto:eshyllen.goncalves@ufam.edu.br) Orcid: 0009-0008-2484-073X

<sup>4</sup> Graduando em Administração. Universidade Federal do Amazonas. Email: [ian.sena@ufam.edu.br](mailto:ian.sena@ufam.edu.br) Orcid: 0009-0002-2933-0380

<sup>5</sup> Graduanda em Serviço Social. Universidade Federal do Amazonas. Email: [karolinedossantosrocha@gmail.com](mailto:karolinedossantosrocha@gmail.com) Orcid: 0009-0002-5020-555X

<sup>6</sup> Graduando em Serviço Social. Universidade Federal do Amazonas. Email: [richardson.silva@ufam.edu.br](mailto:richardson.silva@ufam.edu.br) Orcid: 0009-0002-7726-6213



## Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

A partir da revisão dos estudos sobre a temática, identificou-se que grupos historicamente marginalizados, como mulheres negras, população em situação de rua, crianças e adolescentes em vulnerabilidade, idosos, quilombolas e pessoas LGBTQIAPN+, vivenciam discriminações persistentes, negligência institucional e dificuldades de acesso aos serviços essenciais. No campo da saúde mental, observa-se que o racismo estrutural e as condições socioeconômicas adversas intensificam o sofrimento psíquico e limitam a oferta de um cuidado equitativo. Em relação às políticas públicas, verificou-se que, apesar de avanços normativos, permanecem fragilidades na implementação e na articulação intersetorial, o que contribui para a continuidade de violações de direitos, abandono e invisibilidade social. No âmbito das questões étnico-raciais, os estudos demonstram que práticas higienistas, estigmas históricos e desigualdades raciais ainda organizam as relações sociais, reforçando a marginalização do corpo negro e a reprodução de violências simbólicas e institucionais. Destaca-se a relevância da socialização étnico-racial e da atuação de mulheres negras no fortalecimento identitário e na construção de práticas antirracistas no Serviço Social. Conclui-se que enfrentar a exclusão social exige políticas públicas integradas, ações antirracistas e uma prática profissional comprometida com a equidade e com os princípios do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

**Palavras-chave:** Exclusão social; saúde mental; políticas públicas; racismo estrutural; questões étnico-raciais; vulnerabilidade social.

### Abstract

Social exclusion and ethnic-racial issues structure inequalities in Brazil, with an emphasis on the impacts on mental health and the effectiveness of public policies. A review of studies on the subject identified that historically marginalized groups, such as Black women, the homeless population, vulnerable children and adolescents, the elderly, quilombola communities, and LGBTQIAPN+ individuals, experience persistent discrimination, institutional neglect, and difficulties accessing essential services. In the field of mental health, structural racism and adverse socioeconomic conditions intensify psychological suffering and limit the provision of equitable care. Regarding public policies, it was found that, despite normative advances, weaknesses remain in implementation and intersectoral coordination, contributing to the continuation of rights violations, abandonment, and social invisibility. Within the context of ethnic-racial issues, studies demonstrate that hygienist practices, historical stigmas, and racial inequalities still organize social relations, reinforcing the marginalization of the Black body and the reproduction of symbolic and institutional violence. The relevance of ethnic-racial socialization and the role of Black women in strengthening identity and building anti-racist practices in Social Work is highlighted. It is concluded that confronting social exclusion requires integrated public policies,



**Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq**

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

anti-racist actions, and a professional practice committed to equity and the principles of the Ethical-Political Project of Social Work.

**Keywords:** Social exclusion; mental health; public policies; structural racism; ethnic-racial issues; social vulnerability

### **Résumé**

L'exclusion sociale et les problématiques ethno-raciales structurent les inégalités au Brésil, notamment en ce qui concerne leurs impacts sur la santé mentale et l'efficacité des politiques publiques. Une analyse des études menées sur le sujet a permis d'identifier que les groupes historiquement marginalisés, tels que les femmes noires, les personnes sans domicile fixe, les enfants et adolescents vulnérables, les personnes âgées, les communautés quilombolas et les personnes LGBTQIAPN+, subissent une discrimination persistante, une négligence institutionnelle et des difficultés d'accès aux services essentiels. En matière de santé mentale, le racisme structurel et les conditions socio-économiques défavorables intensifient la souffrance psychologique et limitent l'accès à des soins équitables. Concernant les politiques publiques, malgré des avancées normatives, des faiblesses persistent dans leur mise en œuvre et leur articulation intersectorielle, contribuant ainsi à la perpétuation des violations des droits, de l'abandon et de l'invisibilité sociale. Dans le contexte des problématiques ethno-raciales, les études démontrent que les pratiques hygiénistes, les stigmates historiques et les inégalités raciales continuent d'organiser les relations sociales, renforçant la marginalisation des personnes noires et la reproduction des violences symboliques et institutionnelles. L'importance de la socialisation ethno-raciale et le rôle des femmes noires dans le renforcement de l'identité et la mise en place de pratiques antiracistes en travail social sont mis en lumière. Il en ressort que la lutte contre l'exclusion sociale exige des politiques publiques intégrées, des actions antiracistes et une pratique professionnelle engagée en faveur de l'équité et des principes du projet éthique et politique du travail social.

**Mots-clés:** Exclusion sociale ; santé mentale ; politiques publiques ; racisme structurel ; enjeux ethno-raciaux ; vulnérabilité sociale.



**Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq**

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

O presente artigo aborda a temática da exclusão social e das questões étnico-raciais como elementos estruturantes das desigualdades no Brasil, com especial atenção aos seus reflexos na saúde mental e na eficácia das políticas públicas. O cenário sócio-histórico brasileiro é marcado por profundas iniquidades que marginalizam determinados grupos, tornando imperativa a análise da produção científica que mapeia e critica essa realidade. A persistência do racismo estrutural e das adversidades socioeconômicas tem se manifestado como um fator de intensificação do sofrimento psíquico e de limitação de um cuidado equitativo no campo da saúde. Esse contexto afeta principalmente grupos historicamente vulneráveis, como as mulheres negras, que vivenciam discriminações que se estendem da saúde mental. A densidade racial da população negra, inclusive, está associada a condições socioeconômicas e de saúde menos favoráveis nas cidades. Verificou-se que estigmas históricos, como práticas higienistas, ainda organizam as relações sociais, reforçando a marginalização do corpo negro e a reprodução de violências simbólicas e institucionais.

A exclusão social é um fenômeno que abrange a população em situação de rua, crianças e adolescentes em vulnerabilidade, idosos quilombolas, e a população LGBTQIAPN+, sendo tais grupos alvo de negligência institucional e dificuldades persistentes de acesso a serviços essenciais. Embora existam avanços na elaboração de políticas públicas, as pesquisas revelam fragilidades na sua implementação. Tais lacunas contribuem diretamente para a continuidade das violações de direitos, para o abandono e para a invisibilidade social dessas populações.

Dessa forma, o presente artigo vem analisar como a exclusão social e as questões étnico-raciais estruturam desigualdades no Brasil, com ênfase nos impactos sobre a saúde mental e na efetividade das políticas públicas. Mediante uma revisão sistemática dos estudos sobre a temática, busca-se traçar um panorama que fundamente a compreensão de que o enfrentamento da exclusão social exige a



## **Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq**

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

adoção de políticas públicas integradas, ações antirracistas e uma prática profissional comprometida com a equidade e com os princípios do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

### **Materiais e Método**

A pesquisa adotou a metodologia de revisão integrativa da literatura, com o objetivo de mapear e analisar a produção científica sobre racismo, resistência e políticas de inclusão no contexto da exclusão étnico-racial. A busca foi realizada nas bases SciELO, Google Academico e Periódicos CAPES, utilizando descritores como racismo, exclusão étnico-racial, resistência e políticas de inclusão. Foram incluídos estudos publicados em português, inglês e espanhol, dentro dos anos de publicação entre 2015 à 2024, e excluídos aqueles que não dialogavam diretamente com o tema. Após a seleção dos materiais por meio da leitura de títulos, resumos e textos completos, os dados foram organizados e examinados por análise temática, permitindo identificar tendências, debates e contribuições relevantes sobre a problemática investigada.

### **Objetivo Geral**

Mapear e analisar a produção científica nacional sobre exclusão étnico-racial, identificando como o tema do racismo, das resistências sociais e das políticas de inclusão tem sido abordado nas pesquisas acadêmicas.

### **Objetivos Específicos**

- Levantar Publicações científicas que tratam de exclusão étnico-racial, considerando artigos, teses, dissertações e capítulos de livros disponíveis em bases de dados acadêmicas.
- Analisar como as pesquisas discutem mecanismo de exclusão étnico-racial e estratégias de resistência desenvolvidas por grupos racializados.



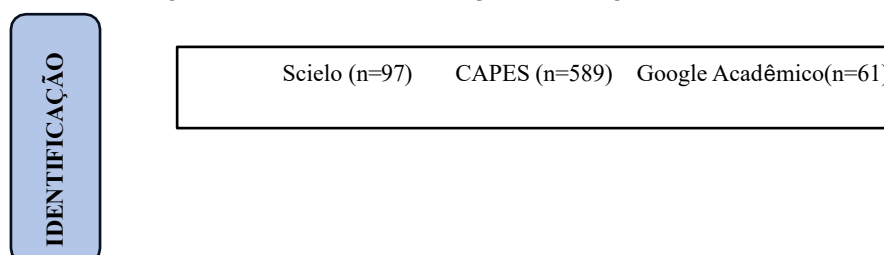
**Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq**  
ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

- Compreender de que forma as políticas de inclusão são avaliadas na produção científica e quais impactos são atribuídos a elas nos contextos estudados.

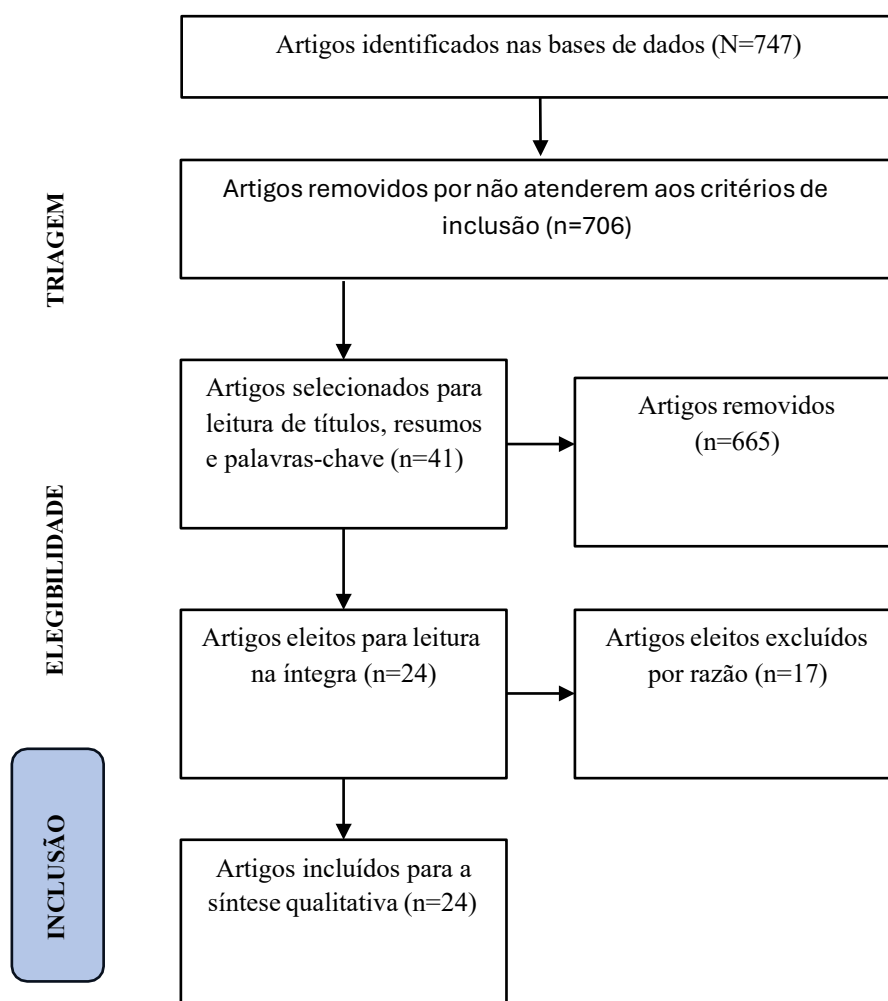
## Metodologia

Os critérios de inclusão dos artigos para análise foram: publicados entre 2015 e 2022, nos idiomas português e inglês, grupo de homens trans ou pessoas transmasculinas e que abordavam sobre a temática de comportamento suicida. Foram excluídos editoriais, artigos duplicados e publicações que não abordavam o tema. O período de coleta ocorreu entre os meses outubro a dezembro de 2022. Para a análise dos dados, foi construído um quadro analítico que possibilitou agrupar e sintetizar as principais informações dos estudos. O instrumento de coleta reuniu as seguintes informações: título do artigo, autor(es)/ano, país, revista, idioma, participantes, objetivos e delineamento/método.

**Figura 01** *Fluxograma das buscas de seleção dos artigos da revisão de literatura.*



## Resultados



Identificou-se, um total de 747 estudos nas referidas bases de dados (Figura 1). Desses, foram excluídas 645 publicações, restando 138. Posteriormente, a leitura dos títulos e resumos foi realizada, levando em consideração os critérios de inclusão e exclusão. Como resultado desse processo, 41 artigos foram excluídos e outros 24 artigos se adequaram aos critérios de elegibilidade. Portanto, iniciou-se a leitura integral e em profundidade desses estudos, restando 25 artigos. Os artigos incluídos



nesta síntese (Tabela 1) foram desenvolvidos em dois países diferentes: Brasil (n= 23) e Estados Unidos (n=2). Compreendendo os problemas étnicos e as exclusões sociais.

A análise aprofundada dos 24 artigos permitiu a emergência de três categorias temáticas centrais, que organizam o conhecimento sintetizado sobre o fenômeno da exclusão étnico-racial e seus impactos.

### **Categoria 1: o olhar da Saúde**

A categoria tem como prerrogativa apresentar pesquisas relativas à concepção da saúde acerca do racismo e de questões étnico-raciais.

Santos & Dias (2022) objetivando compreender as consequências do racismo na saúde mental das mulheres negras integrantes do Movimento de Mulheres Dandara do Sisal (MMNDS), atuante no Território do Sisal, na Bahia, utilizando a abordagem descritiva-qualitativa, através de entrevistas semiestruturadas com seis mulheres negras e observação participante de ações e atividades do movimento Dandara do Sisal, obtendo como resultado de que a psicologia é considerada fundamental na luta antirracista.

Matos et al. (2017) o estudo objetivou investigar as representações sociais e condições de saúde em moradores de rua, por meio de uma pesquisa descritiva-qualitativa com coletas de dados via questionários e análise de conteúdo. Os resultados mostraram que os moradores de rua são vistos socialmente como viciados, doentes e pobres, e que enfrentam riscos de saúde constantes e naturalizados, como doenças respiratórias, sendo que sua invisibilidade social é um obstáculo para políticas públicas.

Rosas Cardoso et al. (2021) la interseccionalidad de las vulnerabilidades infanto-juveniles en la atencion em salud mental, buscou refletir sobre a interseccionalidade de vulnerabilidades de crianças e adolescentes em sofrimento





**Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq**

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

psíquico, utilizando a abordagem de revisão bibliográfica com enfoque na interseccionalidade. Obtendo como resultado de que a intersecção de gênero, raça, desigualdade sociais e estigma produz sistemas de opressão e exclusão, que limitam a atenção integral em saúde mental.

Revisão integrativa. Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento (2023) o estudo objetivou identificar a existência de vulnerabilidades em saúde da população LGBTQIAPN+ nos serviços, utilizando uma revisão integrativa da literatura de artigos publicados entre os anos de 2017 e 2022. Obtendo como resultado vulnerabilidades sociais e de gênero, preconceito, violência e despreparo da equipe de saúde, chegando à conclusão de que é necessário ampliara discussão sobre a vulnerabilidade em saúde para essa população.

Revista INFAD de Psicología. International Journal of Developmental and Educational Psychology. (2021) O estudo buscava entender o impacto da pandemia Covid-19 na vida dos idosos: percepção e mudança, as significações e percepções dos participantes relativamente á forma como encaram as restrições sociais, como feriram a impossibilidade ou diminuição dos contatos sociais e como se readaptaram a uma nova realidade e que estratégias utilizaram. Para compreender o impacto da pandemia na vida dos idosos realizou-se um trabalho exploratorio descritivo-qualitativo, através de entrevistas semiestruturada com 17 idosos com mais de 67 anos, residentes na região do algarve. Os resultados obtidos demonstraram que a maioria dos entrevistados acredita que a crise pandemica teve impactos significativos nas suas relações sociais e na saúde físcica e mental, uma vez que se viram privados, dados os sucessivos confinamentos, de realizarem as suas atividades.

Barbarói (2019) objetivando analisar a trajetória das políticas sociais no Brasil, com ênfase no período de 1930 até os dias atuais, destacando o desenvolvimento histórico da política de saúde , suas principais características e os desafios enfrentados no contexto social contemporâneo. Utilizando a abordagem de revisão bibliografica,



**Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq**

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

realizada a partir da revisão de autores que discutem a trajetória das políticas sociais brasileiras e a política de saúde mental, a investigação buscou identificar os marcos históricos, as mudanças estruturais e os aspectos que evidenciam os avanços e limitações dessa política no Brasil. Os resultados obtidos demonstraram que o sistema de proteção social brasileiro, apesar dos avanços e da ampliação dos direitos sociais, continua sendo marcado por uma lógica de não redistributividade.

Souza (2021) objetivando discutir as relações entre a pandemia da Covid-19 e as condições de vida e saúde das mulheres negras no Brasil, considerando o contexto histórico de discriminação e exclusão social que afeta esse grupo e acentua as desigualdades em tempos de crise. Utilizando abordagem de pesquisa bibliográfica e documental, fundamentadas em regulamentos internacionais, tópicos sobre a pandemia de Covid-19, legislação nacional e políticas públicas voltadas às mulheres negras. Os resultados apontaram que as relações entre a pandemia de Covid-19 e as condições de vida e saúde das mulheres negras transcendem os fatores meramente biológicos, onde as desigualdades de gênero, raça e classe social intensificam as desvantagens acumulativas, fazendo com que os impactos da doença sejam mais severos e negativos.

Moreira de Araújo (2020) objetivando em discutir, a atuação do Assistente Social na saúde mental. Utilizando a abordagem de pesquisa bibliográfica, fundamentada em estudos sobre a reforma psiquiátrica brasileira, considerando o processo histórico de substituição dos hospitais psiquiátricos por serviços comunitários de atenção psicossocial. Os resultados apontaram que, a partir da reforma psiquiátrica em 1978, os asilos e hospitais psiquiátricos foram gradualmente substituídos por serviços psicossociais abertos e comunitários, essa mudança buscou atender às necessidades individuais das pessoas em sofrimento psíquico, valorizando práticas de cuidados humanizadas e integradas ao convívio social.

Rocha et al. (2023) objetivando o estudo do enfrentamento às desigualdades



**Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq**

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

psicossociais no Brasil configura-se como um estudo de perspectiva crítica, com base na psicologia, vindo de diferentes campos diante das ações de saúde mental. Utilizando a abordagem de pesquisa documental, o desenho metodológico estrutura-se através de coordenadas para pesquisas em banco de dados on-line, cujo efetividade vem sendo observada em outros estudos (Trancoso&Oliveira, 2016; Oliveira, 2017 ), trata-se de cinco etapas de busca e tratamentos de dados; exploração, cruzamento, refinamento, descrição e interpretação, o corpus da pesquisa, o tipo de documento que se destacou foi a categoria “eventos”, com 16 documentos, os quais apresentam os principais cuidados em tempo de pandemia, como a questão do atendimento e o combate a violências contra minorias. Em seguida, aparecem 12 documentos referentes ao tipo “notícias”, com quatro títulos sobre medidas administrativas nesse momento de pandemia. Os resultados apontaram que os documentos informam sobre os dois eixos de produção de conteúdo, a Psicologia na sua relação com o Conselho e com a sociedade. Nota-se, ademais, que algumas temáticas aparecem em conexão mais contundente com determinadas áreas da Psicologia. A por exemplo, apresenta, nos documentos analisados, uma ligação maior com o tema de proteção de crianças e adolescentes e da população carcerária no período pandêmico. Enquanto isso, o atendimento on-line aparece como transversal às áreas, como endereçada a toda a categoria profissional.

Silva et al. (2023) O estudo analisou a representação social de pessoas idosas quilombolas sobre o acesso à atenção primária em saúde, considerando as dificuldades enfrentadas por essas comunidades, especialmente aquelas localizadas zonas rurais. Utilizando o estudo transversal exploratório, com caráter analítico-descritivo e abordagem qualitativa, com coletas de dados via questionários com dados sociodemográficos e de saúde, além de entrevistas semiestruturadas. As entrevistas foram examinadas por meio da Análise de Conteúdo, proposta por Bardin, com apoio



**Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq**

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

do software IRAMUTEQ fundamentando na teoria das representações sociais, participaram 24 pessoas idosas residentes em uma comunidade Remanescente de Quilombo. Os resultados obtidos revelaram um cenário marcado por iniquidades sociais e de saúde, que fragilizaram o envelhecimento, as dificuldades de deslocamentos, a ausência de assistência contínua e a exclusão em saúde se evidenciaram como aspectos centrais, afetando diretamente a qualidade de vida e as relações sociais na velhice quilombola.

Leal et al. (2017) A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil, o estudo analisou as desigualdades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil, considerando a cor/raça das mulheres e as condições de acesso e qualidade da assistência. Utilizando uma abordagem quantitativa baseado em dados da pesquisa Nascer no Brasil, realizada entre 2011 e 2012, abrangendo mulheres em todas as regiões do país, foram analisados indicadores de acesso, cobertura e qualidade da atenção pré-natal e do parto. Os resultados apontaram que mulheres negras e pardas tiveram maior dificuldade de acesso ao pré-natal adequado, enfrentaram mais barreiras para atendimento oportuno, receberam menos procedimentos e exames recomendados, e apresentaram maior exposição a intervenções desnecessárias durante o parto, evidenciou-se uma desigualdade racial significativa em diferentes aspectos da atenção obstétrica.

Oliveira & Luiz (2019) O estudo analisou a associação entre a densidade racial da população negra e as condições socioeconômicas, demográficas e de saúde nas cidades brasileiras nos anos de 2000 e 2010. Utilizando o estudo ecológico com base em dados dos Censos Demográficos do IBGE (2000 e 2010), foram utilizadas variáveis relacionadas à educação, renda, saneamento, fecundidade, mortalidade infantil e esperança de vida, comparando municípios de acordo com a proporção da população negra. Os resultados apontaram que as cidades com maior densidade racial negra apresentaram piores indicadores



## **Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq**

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

socioeconômicos e de saúde em comparação às de menor densidade. Persistiram desigualdades no acesso a serviços básicos, renda e condições de moradia. Apesar de alguns avanços no período, as desigualdades raciais estruturais permaneceram evidentes.

### **Categoria 2: Políticas Públicas**

Alcantara et al. (2015) O estudo buscou compreender as trajetórias de exclusão social e as transformações nas identidades sociais a partir de categorias da Psicologia Social Comunitária como consciência, identidade e Sentimento de pertença, em adultos em situação de rua, atualmente abrigados na cidade de Fortaleza-Brasil. Utilizando a abordagem descritiva-qualitativa, com uso de entrevistas, histórias de vida e análise do discurso, e considera variáveis como o tempo de permanência na comunidade e a existência de contato familiar. Os resultados apontam que as trajetórias de exclusão social perpassam por ruptura nos vínculos laborais e sociofamiliares.

Waepechowski & De Conti (2018) O estudo buscou discutir o processo da passagem adolescente em jovens que vivem em contextos de vulnerabilidade e exclusão social, especialmente aqueles atendidos em um CREAS, analisando como se produzem suas estratégias de subjetivação diante de situações de abandono, violência e trauma. Utilizando a abordagem do referencial psicanalítico como base teórica e análise de recortes clínicos para explorar as particularidades e dificuldades no trabalho psíquico de adolescentes com histórias marcadas pelo desamparo e pela violência. Os resultados apontaram a identificação das vicissitudes enfrentadas pelos jovens na passagem adolescente, a vulnerabilidade social e as experiências de violência impactam o processo de subjetivação e dificultam a elaboração psíquica nesse momento de transição.



**Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq**

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Cavalari Neto et al. (2019) objetivando compreender como a educação formal ou sua ausência impactam a vida de crianças e adolescente em situação de rua tendo como referência a história de vida de uma jovem negra cuja primeira experiência de ruptura social e institucional ocorreu com a escola. O estudo utilizou uma breve abordagem sócio-histórica sobre a produção da infância excluída no Brasil, articulada com a experiência vivenciada em um projeto de extensão de uma universidade pública do Rio de Janeiro, além da análise de uma história de vida como referência central. Os resultados evidenciaram que a exclusão educacional é um dos principais marcadores das trajetórias dessas crianças e adolescentes, reforçando a marginalização e a dificuldade de inserção social. A escola aparece tanto como um espaço de potencial inclusão quanto como um lugar de ruptura e exclusão.

Fernandes et al. (2015) Buscou apresentar e analisar o programa “Saber, Pensar e Agir – SPA”, voltado para a promoção de competências pessoais e sociais em públicos em situação de exclusão social, contribuindo para a autonomização de cidadãos acompanhados pela instituição Novo Dia-Associação para a Inclusão Social. O programa foi estruturado em 12 sessões, realizados duas vezes por semana, abordando comunicação e relação interpessoais, gestão doméstica e comportamentos de risco e saudáveis. As atividades incluíram discussões em grupo e visualização de vídeos. A primeira edição contou com 8 participantes, entre 23 e 43 anos, com baixa escolaridade e histórico de alcoolismo, prostituição, violência doméstica, deportação e perturbações da personalidade. A avaliação ocorreu por meio de grelhas de observação, considerando interesse, participação, intervenções orais e assiduidade. Os resultados demonstraram dificuldades de comunicação e relações interpessoais, sobretudo na atuação pessoal, embora tenham reconhecido a importância da assertividade e da regulação emocional. A área da gestão doméstica teve maior impacto, despertando consciência sobre gastos financeiros e prioridades. Já em relação aos comportamentos de risco, observou-se desconhecimento sobre várias



## **Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq**

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

consequências físicas e psicológicas, o que reforça a necessidade de maior trabalho psicoeducativo.

Del Giudice et al. (2014) Objetivou o critério de vulnerabilidade social é incorporado em diferentes programas. Para análise das condições de pobreza e exclusão social. O estudo, buscou examinar de forma conceitual e empírica, o critério de vulnerabilidade social adotado na assistência estudantil da Universidade Federal de Viçosa/MG, para seleção dos estudantes beneficiados, por meio de pesquisa bibliográfica e aplicação de questionário. O resultado da pesquisa mostrou que a vulnerabilidade social usada como critério na assistência estudantil da UFV é baseada principalmente em indicadores econômicos e sociais (renda, trabalho, saúde, bens e estrutura familiar). Os estudantes relacionam vulnerabilidade à exclusão social e às desigualdades materiais, mas também apontam fatores subjetivos e de apoio social. Conclui-se que a prática institucional converge com a teoria, mas ainda pode ser ampliada para incluir outras dimensões além das financeiras.

Azevedo & Reis (2023) objetivou discutir os aspectos conceituais do processo de inclusão/exclusão social de pessoas em situação de rua relacionando-os com as políticas públicas e ações da Psicologia. O estudo analisou o aspecto teórico, a cronologia referente a construção e implementação de políticas públicas, e atuação do psicólogo. Inicialmente apresenta-se um modelo teórico que considera a perspectiva dialógica da inclusão e exclusão social. O resultado da pesquisa verificou que o Brasil na década de 1990, as legislações direcionadas para a assistência social impulsionaram, no ano de 2009, a construção de uma política pública para pessoas em situação de rua. Isto possibilitou o surgimento de serviços socioassistenciais, por exemplo, o Centro de Referência Especializado para População em situação de rua (centro pop), e consultório nas ruas.

### **Categoria 3: Questões Étnico-raciais**





**Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq**

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Exclusion of black women: an analysis of the film "Cruzed Stories"(2025) objetivou analisar, por meio do filme, história cruzadas, os processos de exclusão vivenciados por mulheres negras nos anos 1960 e estabelecer comparações com a realidade atual das mulheres negras no Brasil evidenciando a permanência das desigualdades de raça e gênero. Utilizando a abordagem bibliográfica e fílmica. O resultado constatou-se que, embora o cenário contemporâneo aponte certa redução das desigualdades sociais, ainda persistem condições desprivilegiadas para as mulheres negras no acesso à educação, mercado de trabalho, saúde e espaços públicos. A pesquisa evidenciou que fatores de raça gênero se somam, resultando em uma dupla desvalorização, que coloca mulheres negras como o grupo, mais marginalizado da sociedade.

Jesus, V. (2020) Buscou discutir como o racismo se articula historicamente à cultura higienista brasileira, associando o corpo negro e marginalizado à noção de sujeira, perigo e dejetos, evidenciando as dimensões político-afetivas do racismo. Estudo de caráter teórico e ensaístico, fundamentado em revisão crítica de literatura e análise histórico- sociológica. O autor articula conceitos de corpo, raça, higienismo, sujeira e exclusão social para compreender os mecanismos de produção do racismo estrutural e institucional. O resultado obtido evidencia que o higienismo brasileiro construiu e naturalizou uma lógica político-afetiva que associa corpos negros e periféricos à sujeira, ao perigo e à contaminação. Essa construção simbólica legitima práticas de exclusão, violência e desigualdade racial, atravessando políticas públicas, saúde, urbanismo e relações sociais.

Matos & França (2020) objetivando refletir sobre como a socialização étnico-racial, a partir dos saberes afro-brasileiros e africanos, contribui para a construção da identidade étnico-racial e para o enfrentamento do racismo. O estudo utilizou a abordagem descritivo-qualitativo de natureza teórica-reflexiva, baseado em revisão de literatura sobre socialização étnico-racial, saberes afro-brasileiros e africanos, e





**Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq**

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

identidade étnico- racial. Tendo como resultado a socialização étnico-racial, mediada pelos saberes afro-brasileiros e africanos, favorece a formação da identidade étnico-racial, fortalece o reconhecimento das raízes culturais e ajuda a lidar com experiências de racismo.

Santa Rosa et al. (2021) Objetivando compreender a validação de conteúdo do instrumento percepção sobre discriminação racial, baseado no estudo metodológico de validação de instrumento, utilizando julgamento de especialistas em saúde coletiva e racismo, análise de relevância, clareza e adequação dos itens de instrumento. O resultado apresentou boa validade de conteúdo, com a maioria dos itens considerados relevantes, claros e adequados para medir a percepção de discriminação racial interpessoal nos serviços de saúde.

Correia & Alcantara (2023) Buscou contribuir 'para o avanço do debate sobre a formação da sociedade brasileira e a questão racial no Serviço Social. O estudo utilizou uma abordagem de revisão bibliográfica de livros, artigos, teses e dissertações, que discute, inicialmente, a formação da sociedade brasileira com base no pensamento social negro e, posteriormente, suas interconexões com o Serviço Social. Tendo como resultado, o pensamento social negro é apresentado como um conjunto de elaborações constituídas sob perspectiva transformadoras e contra hegemônica. Suas convergências incluem a constatação de existência do preconceito racial, o reconhecimento do negro como elemento fundamental e sujeito ativo na formação da nação brasileira. Intelectuais negros reposicionam o papel do negro, devolvendo sua humanidade e subvertendo a leitura de um "pacifismo negro".

Eurico (2018) objetivando compreender a luta contra as explorações, o debate étnico-racial e o trabalho do Assistente Social. O estudo utilizou a revisão bibliográfica de artigos, tese e dissertações, abordando a análise da intervenção/práxis do Assistente Social, explicitando alguns aspectos da questão étnico-racial no contexto da sociedade brasileira na contemporaneidade. Apreender como a intervenção de várias mulheres



## **Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq**

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

negras, ativistas na luta contra o racismo e que ingressaram no Serviço Social (principalmente a partir de 1980), legitima o debate na vida cotidiana da profissão. Demonstrar que apreender as assimetrias de raça/cor e o modo como o racismo opera é condição primordial para a efetivação do Projeto Ético-Político do Serviço Social. Tendo como resultado de que o debate étnico-racial é indissociável da Questão Social e das lutas contra as explorações e opressões, sendo vital para a defesa dos Direitos Humanos.

### **Discussão**

A revisão integrativa confirma de forma contundente que a exclusão étnico-racial não é um evento isolado, mas um sistema operante em todas as esferas da vida social, produzindo iniquidades profundas. Os 25 artigos analisados, majoritariamente brasileiros, revelam que a articulação entre racismo estrutural e condições socioeconômicas adversas é o centro das desigualdades que afetam grupos historicamente marginalizados, como mulheres negras, a população em situação de rua, crianças e adolescentes em vulnerabilidade, idosos quilombolas e a população LGBTQIA+.

No campo da Saúde, o racismo opera como um fator de risco que intensifica o sofrimento psíquico e limita a oferta de um cuidado equitativo, com a saúde mental de mulheres negras sendo diretamente impactada. A interseccionalidade de raça, gênero e desigualdade social produz sistemas de opressão que limitam a atenção integral em saúde mental para crianças e adolescentes. Além disso, iniquidades raciais persistem na atenção pré-natal e ao parto, onde mulheres negras e pardas enfrentam maiores barreiras. A marginalização se estende à população em situação de rua que, é vista socialmente como doente e viciada e a idosos quilombolas que enfrentam dificuldades de acesso à atenção primária.

Em relação às Políticas Públicas, apesar dos avanços normativos, verificou-se que permanecem fragilidades na implementação e na articulação intersetorial. Essa



## **Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq**

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

lacuna contribui para a continuidade das violações de direitos, abandono e invisibilidade social. O sistema de proteção social é caracterizado por uma lógica de não redistributividade, e a exclusão social é marcada pela ruptura de vínculos laborais e sociofamiliares e pela exclusão educacional.

No âmbito das Questões Étnico-raciais, os estudos aprofundam a compreensão de que práticas higienistas, estigmas históricos e desigualdades raciais reforçam a marginalização do corpo negro. É destacada a importância da socialização étnico-racial e dos saberes afro-brasileiros/africanos para fortalecer a identidade e construir o enfrentamento ao racismo. O pensamento social negro é fundamental para o Serviço Social, atuando como elaboração contra hegemônica. A interconexão de raça e gênero resulta em dupla desvalorização, colocando mulheres negras como o grupo mais marginalizado.

Os achados sinalizam a urgência de políticas transversais de equidade racial, que superem as fragilidades de implementação e a lógica não redistributiva do sistema social. É imperativa a efetiva implementação de leis já existentes, como a Lei 10.639/03 e o Estatuto da Igualdade Racial, e o combate ao racismo em todas as instituições, sejam elas de saúde, educação ou assistência social. O debate étnico-racial é inseparável da Questão Social e é vital para a defesa dos Direitos Humanos e para a efetivação do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

### **Considerações finais**

O estudo realizado ajudou a evidenciar com maior profundidade que as questões de exclusão étnico-racial não se configuram como um fenômeno isolado, pontual ou restrito a determinados contextos, mas como uma realidade sistemática, transversal e historicamente estruturada nas diversas esferas da sociedade brasileira. A revisão integrativa permitiu compreender que o racismo, em sua forma estrutural, não apenas organiza práticas sociais, mas também molda percepções, discursos e



**Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq**

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

políticas que reforçam desigualdades há séculos naturalizadas. Trata-se, portanto, de um processo complexo, sustentado por bases econômicas, políticas e culturais que continuam impactando a vida de grupos historicamente marginalizados.

A articulação entre Racismo Estrutural e condições socioeconômicas aparece de forma contundente ao observarmos que a população negra, indígena, quilombola, ribeirinha e demais grupos marginalizados, permanece submetida a contextos de maior vulnerabilidade social, menor acesso a oportunidades e maior exposição a violências múltiplas. Esses fatores não são acidentais, mas sim produto de uma trajetória social que perpetua um padrão de exclusão. A revisão aponta ainda que, mesmo diante de avanços normativos, não houve rupturas suficientes com modelos de dominação que colocam corpo, território e identidade no centro da desigualdade.

Essa perpetuação produz impactos profundos em diversas áreas, mas torna-se especialmente evidente na saúde. Questões de preconceito, discriminação racial e estigmatização resultam em atendimentos desumanizados, maior sofrimento psíquico e limitações concretas no acesso a um cuidado integral e de qualidade. Práticas racistas, explícitas ou sutis, contribuem para o adoecimento de populações que já enfrentam uma rede de vulnerabilidades, como povos indígenas, comunidades quilombolas, mulheres negras, pessoas LGBTQIAPN+ e indivíduos em situação de rua, frequentemente reduzidos a estereótipos como “doentes”, “viciados” ou “incapazes”. Essas vivências de exclusão reforçam a necessidade de inserir a pauta antirracista como eixo estruturante nas políticas de saúde, indo além do discurso normativo.

No campo das políticas públicas, observa-se que houve avanços importantes no reconhecimento formal das desigualdades raciais e na criação de instrumentos legais que buscam enfrentá-las. Entretanto, a análise evidencia que esses avanços são insuficientes. Persistem fragilidades na efetivação das políticas,



**Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq**

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

especialmente no que diz respeito à transversalidade das ações e à articulação intersetorial. Normas como o Estatuto da Igualdade Racial demonstram potencial transformador, mas esbarram em limitações práticas quando não são acompanhadas de financiamento adequado, continuidade administrativa, formação profissional crítica e monitoramento eficiente. A ausência dessa efetivação contribui para a manutenção da invisibilidade social, da violação de direitos e da marginalização sistemática do corpo negro e de outros grupos marginalizados.

Além disso, a produção acadêmica analisada reforça que políticas públicas sem participação social, sem leitura crítica das desigualdades e sem compreensão das singularidades territoriais tendem a reproduzir as mesmas lógicas que pretendem combater. Isso evidencia que o enfrentamento do racismo institucional não pode ser restrito a dispositivos legais, mas deve envolver mudanças estruturais na forma como o Estado formula, executa e avalia suas ações.

O debate étnico-racial, por sua vez, revela-se inseparável da compreensão da questão social e de suas múltiplas expressões. Ele se torna indispensável para a defesa dos direitos humanos e para a consolidação de práticas profissionais comprometidas com a justiça social. No âmbito do Serviço Social, esse debate não constitui apenas um campo de estudo, mas um eixo político e ético que orienta a intervenção cotidiana. O Projeto Ético-Político da profissão convoca os profissionais a reconhecerem as desigualdades étnico-raciais como parte central das expressões da questão social e, portanto, como um compromisso de luta contra todas as formas de discriminação, opressão e violência. Assim, a partir dos resultados apresentados, reafirma-se a necessidade de políticas públicas mais integradas, participativas e efetivamente antirracistas, que considerem as dimensões históricas, culturais e territoriais das desigualdades no Brasil. Urge fortalecer ações que promovam equidade racial de forma contínua, articulada e fundamentada em evidências, superando práticas fragmentadas ou superficiais. Ao mesmo tempo, é fundamental



**Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq**

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

promover uma formação crítica dos profissionais, capaz de enfrentar as naturalizações do racismo e de reconhecer a centralidade da diversidade étnico-racial na construção de uma sociedade verdadeiramente democrática.

Em síntese, os achados deste estudo reforçam que a construção de políticas públicas equitativas, o combate ao racismo institucional e a defesa dos direitos humanos não apenas possibilitam o enfrentamento das desigualdades atuais, mas também contribuem para a construção de novas formas de convivência social, baseadas na pluralidade, na justiça e na dignidade humana. A consolidação dessas transformações depende da articulação contínua entre Estado, sociedade civil e instituições acadêmicas, reafirmando o compromisso coletivo com a superação das violências estruturais e com a promoção de vidas mais dignas e livres de exclusão étnico-racial.

## **Referências**

- Alcantara, S. C., Abreu, D. P., & Farias, A. A. (2015). Pessoas em situação de rua: das trajetórias de exclusão social aos processos emancipatórios de formação de consciência, identidade e sentimento de pertença. *Revista Colombiana de Psicologia*, 24(1), 129-143. Doi: <https://doi.org/10.15446/rcp.v24n1.40659>
- Cavalari Neto et al., (2019) Pobreza e exclusão social na violação de direitos das crianças e adolescentes em situação de rua. *Revista Inter-Ação*, Goiânia, v. 44, n. 1, p. 63–76. DOI: <https://doi.org/10.5216/ia.v44i1.55622>.
- Correia, A. N. S. & Alcantara, I. L. S. Serviço Social e questão racial no Brasil: aportes para o debate. *Serviço Social & Sociedade*, n. 136, 2023. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.303>
- Del Giúdice, J. Z.; Loreto, M. das D. S. & Azevedo, D. S. (2014) Vulnerabilidade social como critério utilizado na política de assistência estudantil: uma análise conceitual e empírica. *Serviço Social em Revista*, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 27–45. DOI: <https://doi.org/10.5433/1679-4842.2014v17n1p27>.



**Revista AMazônica, LIPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq**

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Eurico, M. C. A luta contra as explorações/opressões, o debate étnico- racial e o trabalho do assistente social. *Serviço Social & Sociedade*, n. 133, 2018. [Scielo.br/j/sssoc/a/M6LN5kSVxDzLNYWtkTxqvBc/?format=pdf&lang=pt](https://scielo.br/j/sssoc/a/M6LN5kSVxDzLNYWtkTxqvBc/?format=pdf&lang=pt)

Exclusion of black women: na analysis of the film “Cruzed Stories”. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 8, n. 2, p. e2882649, 2019. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v8i2.649>.

Fernandes, H. R.; Moreno, E.; Caldeira, S. & Carvalho, C. B. Programa de competências pessoais e sociais para adultos em exclusão social. 2015.

Jesus, V. (2020). O cheiro do racismo na cultura político- afetiva higienista brasileira: o saneamento do corpo-dejeto. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 35(104). <https://doi.org/10.1590/3610502/2020>

Leal, M.C.; et al., (2017). A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil. *Cad. Saúde Pública*, 33(Suppl. 1). <https://doi.org/10.1590/0102-311X00078816>

Matos, T. N. F. de; Trajano, S. da S.; Caldas, J. M. P. & Catrib, A. M. F. (2017) Representações sociais e condições de saúde em moradores de rua. *Sanare*, v. 16, supl. N. 1, p. 17-22.

Matos, P.M. & França, D.X. (2020). Socialização étnico-racial e racismo: dos saberes afro-brasileiros e africanos à construção da identidade étnico-racial. *Educ. Ver.*, 36:e25546. <https://www.scielo.br/j/er/a/y7zG7PbgcL5y9YfhNPjR8RM/?lang=pt>

Moreira de Araújo. A. (2020) O trabalho do assistente social na saúde mental: revisão narrativa. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, n. 59, p. e4250, 11 set. 2020.

O impacto da pandemia Covid-19 na vida dos idosos: percepção e mudança. *Revista INFAD de Psicologia. International Journal of Developmental and Educational Psychology.*, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 29–40. DOI: 10.17060/ijodaep.2021.n2.v3.2267.

Oliveira, B. L. C. A. & Luiz, R. R. (2019). Densidade racial e a situação socioeconômica, demográfica e de saúde nas cidades brasileiras em 2000 e 2010. *Ciência & Saúde Coletiva*, 24(7), 2551-2562. <https://www.scielo.br/j/csc/a/rrkMmmnQFcmLr7v6sTtGigy/?lang=pt>





**Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq**

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Pessoas em situação de rua: inclusão/exclusão social, políticas públicas, atuação do psicólogo. *Psi Unisc*, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 50–74, 2023. DOI: <https://doi.org/10.17058/psiunisc.v7i1.17691>.

Política de saúde mental no Brasil: alguns apontamentos. *Barbarói*, [S. l.], v. 1, n. 53, p. 172–184, 2019. DOI: [10.17058/barbaroi.v1i53.13289](https://doi.org/10.17058/barbaroi.v1i53.13289).

Rocha, M. L. B. et al., (2023) Psicologia, Conselho Federal de Psicologia e Covid-19: Enfrentamento às Desigualdades Psicossociais no Brasil. *Conselho Federal de Psicologia*, v. 43.

Rosas Cardoso, A.M. et al. (2021). La interseccionalidad de las vulnerabilidades infanto- juveniles em la atención em salud mental. *Revista Colombiana de Bioética*. 16, 2 (dic. 2021). DOI: <https://doi.org/10.18270/rcb.v16i2.3496>.

Santa Rosa, P.L.F.; Borges, A.L.V. & Araújo, E.M. (2021). Validação de conteúdo do instrumento Percepção sobre Discriminação Racial Interpessoal nos Serviços de Saúde (Driss). *Saúde Soc.*, 30(4):e200556. <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/THBqT38tzQ5WFTwxg9fVhLR/?lang=pt>

Santos, V.C. dos & Dias, A.B. (2022) Os Efeitos do Racismo na Saúde Mental das Militantes Negras do MMNDS. *Psicol. cienc. Prof.* 42 <https://doi.org/10.1590/1982-3703003235483>

Saúde e vulnerabilidade da população LGBT+: uma revisão integrativa. *Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento*, [S. l.], v. 12, n. 5, p. e21512538966, 2023. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v12i5.38966>.

Silva, L. S. L. et al., (2023) Representação social de pessoas idosas quilombolas sobre o direito à saúde. *Servicios Académicos Intercontinentales*, v. 21.

Souza, M.E.A de. (2019) Direitos Humanos em Tempo de Pandemia; Universidade Federal da Bahia. <https://doi.org/10.21910/rbsd.v8i2.464>

Warpechowski, M.B. & De Conti, L. (2018). Adolescer em contextos de vulnerabilidade e exclusão social. *Estilos da Clínica*. 23, 2 (ago.), 322–343. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v23i2p322-343>.

**Submetido: 28/10/2025**





**Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq**

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

**Aprovado: 25/11/2025**

**Publicado: 01/01/2026**

### **Autores**

#### **Clisthian Cauã Nabor Barbosa**

Graduando em Serviço Social. Universidade Federal do Amazonas. Email:  
[clithian.caua@ufam.edu.br](mailto:clithian.caua@ufam.edu.br) Orcid:0009-0009-6741-7904

#### **Claudia Armanda de Oliveira Lima**

Graduanda em Serviço Social. Universidade Federal do Amazonas. Email:  
[claudia.limageo96@gmail.com](mailto:claudia.limageo96@gmail.com) rcid: 0009-0002-0560-5490

#### **Eshyllen Gonçalves Mesquita**

Graduanda em Serviço Social. Universidade Federal do Amazonas. Email:  
[eshyllen.goncalves@ufam.edu.br](mailto:eshyllen.goncalves@ufam.edu.br) Orcid: 0009-0008-2484-073X

#### **Ian Lucas Soares Sena**

Graduando em Administração. Universidade Federal do Amazonas. Email:  
[ian.sena@ufam.edu.br](mailto:ian.sena@ufam.edu.br) Orcid: 0009-0002-2933-0380

#### **Karoline dos Santos Rocha de Queiroz**

Graduanda em Serviço Social. Universidade Federal do Amazonas. Email:  
[karolinedossantosrocha@gmail.com](mailto:karolinedossantosrocha@gmail.com) Orcid: 0009-0002-5020-555X

#### **Richardson Silva da Silva**

Graduando em Serviço Social. Universidade Federal do Amazonas. Email:  
[richardson.silva@ufam.edu.br](mailto:richardson.silva@ufam.edu.br) Orcid: 0009-0002-7726-6213